

Trajetórias e narrativas de trabalhadores em Programa de Geração de Trabalho e Renda em Chapecó – SC*

Liliane Moser **

Resumo

Este artigo apresenta as trajetórias de vida e trabalho de três trabalhadores/as, inseridos em empreendimentos econômicos solidários criados a partir de programa público de geração de trabalho e renda na cidade de Chapecó/SC. Tomando como base as narrativas destes trabalhadores/as, buscamos analisar os significados da participação nestes empreendimentos, considerando as possibilidades de re-inserção laboral, de geração de trabalho e renda e de inclusão social.

Palavras-chave: trabalho; geração de trabalho e renda; inclusão social; economia solidária.

Introdução

Nossa vida cotidiana têm sofrido grandes transformações na esfera social e econômica nas últimas décadas. As transformações que atingiram o chamado mundo do trabalho foram as que mais consequências produziram em termos de crescimento das taxas de desemprego, flexibilização dos processos e relações de trabalho, gerando novos padrões de organização da produção. Padrões, esses, estimulados por inovações tecnológicas e organizacionais, seguidos pela privatização do setor público, ampliação do setor de serviços, entre outras consequências.

O efeito dessas mudanças na vida dos trabalhadores expressa-se pelo desemprego de curta e longa duração, pelo aumento da informalidade, pela diminuição de trabalhadores em situação de trabalho protegido, pela necessidade de se submeter a trabalhos precários, incertos e insalubres, quase sempre seguidos de processos de empobrecimento e fragilização desses sujeitos.

Em decorrência desse cenário, a problemática do desemprego e suas consequências merecem ser analisadas, de acordo com Caleiras (2004), em dois planos: um macro, global e econômico, e outro micro, pessoal e compreensivo. O primeiro se articula com questões como o próprio desenvolvimento do capitalismo, a recomposição das estruturas de poder econômico, as alterações no paradigma do trabalho, a crise da sociedade salarial e do papel protetor do Estado nessas circunstâncias. O segundo remete aos efeitos do desemprego no plano concreto da vida dos indivíduos e suas famílias, nas suas condições de existência, quer materiais ou simbólicas. Este artigo busca problematizar as situações concretas e cotidianas, vividas por trabalhadores inseridos num projeto de geração de trabalho e renda em Chapecó, Santa Catarina.

Entre as consequências pessoais das mudanças na organização do trabalho na configuração atual do capitalismo, Sennet (2002) demonstra os efeitos corrosivos que as alterações das condições laborais produzem na vida pessoal dos trabalhadores. Semelhante

a esse processo, a ausência de emprego, desencadeia um conjunto de efeitos que não podem ser reduzidos à dimensão material do rendimento e do consumo. Portanto, no domínio do simbólico e das dimensões não mercantis, os efeitos são outros. Em sociedades ditas salariais, que conheceram o quase pleno emprego, as européias ocidentais, por exemplo, os efeitos do desemprego se expressam na quebra de produção de elos sociais, nas alterações no estilo de vida, no estatuto social, tendo em vista que o emprego perdeu seu status integrativo. Entre nós, que não vivemos plenamente o assalariamento, o desemprego agrava as condições de vida já fragilizadas, contribuindo na forma como esses sujeitos são vistos ou reconhecidos pelos outros: quase sempre associados à vagabundagem e desinteresse pelo trabalho. Em famílias nas quais o homem ainda cumpre o papel de provedor, a ausência de emprego produz mudanças nessa condição, pois, ao se ver incapacitado de cumprir plenamente essa função, é substituído pela esposa ou pelos filhos; circunstância que acaba gerando sentimentos de incapacidade ou mesmo inferioridade. O desemprego prolongado gera situações de instabilidade e insegurança que contribuem para a submissão a trabalhos informais, precários e não protegidos.

No Brasil, os anos 1990 ficaram marcados pela elevação do desemprego, pela precarização das condições e relações de trabalho, pelo crescimento do trabalho temporário, sem renda fixa, em tempo parcial, expresso nos “bicos” que se espalharam pelo país. Nos anos 2000, o fenômeno do desemprego e da informalidade não arrefeceram, apesar de os índices mais recentes terem mostrado uma queda na taxa de desocupação no Brasil. Conforme dados do IBGE, a média da taxa de desocupação em 2003 foi de 12,3%; no ano de 2004 caiu para 11,4% e, em 2005, chegou em 9,8% de desocupação¹. Todavia, um contingente expressivo de trabalhadores permanecem excluídos do mercado de trabalho, engrossando os índices de segmentos sociais fortemente pauperizados.

Diante dessa realidade, desde 1990, trabalhadores submetidos ao desemprego ou que vivenciam situações de precarização do

trabalho, apoiados por grupos e organizações não-governamentais voltados a iniciativas de geração de renda, têm retomado práticas de trabalho coletivo e autogestionário. Essas iniciativas ocorrem através da organização cada vez mais expressiva de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, situadas num campo conhecido por *economia solidária*. Para Pochmann (2004a), o novo contexto agressivo e violento de deslocamento do assalariamento e do conjunto do trabalho organizado tem produzido, simultaneamente ao sofrimento humano, novas experimentações na gestão de ocupações e na geração de renda. Destaca, nesse sentido, o esforço de um grupo de militantes críticos engajados na formulação teórica e prática de alternativas de produção, trabalho e renda, que, somado ao contingente de deserdados pela crise do desenvolvimento capitalista, no país, compreende o novo foco da economia solidária².

A situação de desemprego e as possíveis alternativas de enfrentamento dessa condição colocam-se como uma temática importante de investigação, ao nos indagarmos sobre possíveis ações com famílias vulnerabilizadas na direção de garantia de direitos, de construção conjunta de processos de autonomização, porém afetadas pela problemática recorrente e duradoura do desemprego, que inclui muitas vezes, mais de um componente da família. Ou seja, uma série de desafios são colocados à ação profissional daqueles que trabalham com esse público, entre eles os processos de fragilização e empobrecimento vividos pelas famílias em situação de desemprego de média e longa duração, e as dificuldades e/ou quase impossibilidades de re-inserção profissional.

O desemprego e a informalidade exige-nos, cada vez mais, análises que aliem compreensões tanto do plano macroestrutural, quanto do plano micro, voltado ao nível dos significados, das experiências, das vivências. A associação de tais análises qualifica e potencializa possíveis e necessárias ações na área. Assim, o tema do trabalho e do emprego/desemprego, a partir da e pela contingência de sua ausência, começou a tornar-se cada vez mais freqüente em

estudos e pesquisas desenvolvidas na região Oeste catarinense, voltadas às iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda implementadas em Chapecó e região.

Partimos da análise da política pública de geração de trabalho e renda implementada a partir de 2002 pela Prefeitura Municipal de Chapecó³, através da criação do Programa de Geração de Trabalho e Renda – PGTR, orientado pelos princípios da economia solidária. Nosso interesse voltou-se a conhecer os sujeitos inseridos nesse programa, considerando suas trajetórias pessoais e familiares, os processos de exclusão do mercado de trabalho, as dificuldades de inserção laboral, passando pela inclusão no PGTR, até chegar aos significados da participação nos empreendimentos econômicos solidários.

Portanto, diante da complexidade da vida social, penso na importância de estudos que cheguem até os sujeitos, para compreender suas trajetórias, vivências e experiências, a fim de poder cotejar esses conteúdos com a prática profissional e repensar ações, programas e projetos muitas vezes realizados sem considerar as trajetórias e experiências desses sujeitos. Por isso, o desejo de conhecer as trajetórias de trabalhadores em Chapecó que vivem situações de emprego, desemprego, informalidade, trabalho precário e, cotidianamente, inventam e re-inventam maneiras de enfrentar essa situação, com a criação de associações, cooperativas, grupos de produção a partir de sua inserção num programa público de geração de trabalho e renda.

O cotidiano e as narrativas como inspiração metodológica

Neste estudo optamos por dimensões metodológicas que privilegiam as análises das vivências e, dentre esses, destaco as reflexões de Machado Pais (2003) acerca da sociologia do cotidiano e da metodologia da pós-linearidade, por compreendê-la mais como uma perspectiva metodológica do que um esforço de teorização. Partindo do que chama de compreensão, “fugindo das arrepiantes

e gélidas explicações que, insensíveis às pluralidades disseminadas do vivido, erguem fronteiras entre fenômenos, limitando ou anulando as suas relações recíprocas” (idem, p.30).

Nessa perspectiva, a lógica que orienta a sociologia do cotidiano é uma lógica da descoberta, da revelação, na qual a realidade social se insinua, conjectura, indicia; ao contrário de uma lógica da demonstração, balizada por quadros teóricos e conceitos de partida, os quais são procurados a todo custo para serem demonstrados na realidade através de um processo explicativo totalmente divorciado de um conhecimento descritivo e compreensivo. O cotidiano, portanto, surge como uma “rota de conhecimento” (ibidem, p.31), uma parcela não isolada do social. A alma da sociologia do cotidiano não está nos fatos, mas no modo como esta se aproxima desses fatos, ditos cotidianos, o modo como os interroga e os revela.

Sem perder de vista as ponderações de que estudos do cotidiano privilegiam abordagens microsociológicas, Machado Pais (2003) problematiza essa inevitabilidade da abordagem, ao que contrapõe uma necessidade própria da sociologia da vida cotidiana, que é se mover em dois campos paradigmáticos: por um lado, olhar a sociedade em nível dos indivíduos, e por outro, ver como a sociedade se traduz na vida deles. Ressaltando que “o exame das práticas quotidianas não implica um puro retorno aos indivíduos, desenquadrados do contexto social em que se movem” (idem, p.113).

Partindo da metodologia da pós-linearidade, o autor tece críticas aos estudos das trajetórias de vida que continuam privilegiando uma perspectiva linear, uma visão temporal que engloba presente, passado e futuro na forma de um tempo contínuo e homogêneo. Argumenta que essa perspectiva linear não dá conta das turbulências da vida; nesse caso, está se referindo às descobertas feitas em suas pesquisas com jovens em Portugal, que revelaram, ao contrário, vidas que não seguem trajetórias lineares e, sim, “trajetórias yô-yô”, com altos e baixos, idas e vindas, rupturas e descontinuidades.

Ao relatarmos uma vida, acabamos por tentar dar-lhe um sentido. Machado Pais (2001) alerta acerca dessa continuidade narrativa, em que se termina por produzir uma linearidade. Na tentativa de evitá-la, propõe, ao trabalharmos com biografias e autobiografias, uma postura de *bricoleur*, em que se trabalha sem plano prévio, valorizando fatos e relatos surgidos que podem ser aproveitados. Considera a técnica de *bricolage* como uma atitude e prática de desmontagem e montagem, unindo e relacionando conteúdos fragmentados, como as palavras o fazem quando falam de uma vida.

Os relatos de vida, apesar de sua linearidade aparente, são, na realidade, amontoados de memórias de pedaços de vida. Tal como acontece numa paisagem vista de avião, o passado distante mostra-se como um patchwork largamente obscurecido por nuvens que representam memórias sombrias, embora esse mesmo passado possa ser iluminado por raios de luz que irrompem no deslizar das nuvens. Neste cenário é impensável traçar um desenvolvimento contínuo ou linear da vida. Os seus episódios encontram-se, naturalmente, encadeados; uns acontecem antes e outros depois, mas a vida, em toda a sua plenitude, é uma coleção incompleta de narrativas (Machado Pais, 2001, p. 103).

Assim, a escolha em utilizar narrativas dos trabalhadores inseridos em empreendimentos econômicos solidários, a partir de um programa público de geração de trabalho e renda, demarca o uso nesta pesquisa da metodologia da história oral, nesse caso, interessada nas formas de narrar e formular questões para a análise a partir das trajetórias individuais/pessoais e familiares.

Essa opção metodológica pode ser identificada também pela noção de “abordagem biográfica” (*l’approche biographique*), conforme Daniel Bertaux (1980) e Robert Cabanes (2002). Em pesquisa realizada por Cabanes (2002) com famílias trabalhadoras em São Paulo⁴, o relato biográfico não visa ilustrar as análises ou as teorias construídas por outros métodos, ao contrário, visa a suscitar, pelos relatos, o

questionamento de teorias e representações em vigor nas Ciências Sociais. Já Machado Pais (2001), ao tratar do “método biográfico”, chama atenção para o uso tradicional desse, em que se valoriza a linearidade. Nos relatos biográficos pode surgir uma continuidade narrativa, “quem relata uma vida procura dar-lhe um sentido de congruência que é mais fácil de alcançar quando os factos relatados se encadeiam entre si, numa lógica de causa-efeito. A ilusão da linearidade é dada num relato de vida, mas as interpretações descontínuas irrompem (ininterruptamente) por entre a continuidade discursiva” (idem, p.103).

Portanto, interpretar um relato de vida não é lhe dar um sentido de linearidade, mas precisar a pluralidade de que a vida é feita; tão importantes são os eventos *sincrônicos* da vida quantos os *assincrônicos*. “Os eventos jogam com temporalidades múltiplas que não se encaixam num processo de linearidade. A linearidade biográfica é contrafeita porque se quebram continuidades nas trajetórias familiares e profissionais, por efeitos de divórcios, trabalhos precários, desemprego, etc. São os chamados *turning points*, pontos de inflexão que dão novos rumos à vida” (ibidem, p.104). Daí sua defesa em trabalharmos a partir de *métodos pós-lineares*, que nos permitam dar conta das rupturas de vida – vividas ou relatadas – plenamente indiciadas pela sua fragmentatividade. O desafio da análise interpretativa é o de trabalhar os fragmentos de sentido, interconectando-os, revirando-lhes os sentidos.

As potencialidades do “método biográfico” estão, sobretudo, num valor de subjetividade que permite que a história de vida exista e circule. “São os indivíduos, através dos seus relatos, que nos permitem a reconstrução dos conteúdos de vida, ao considerarem-na do presente, revisitando-a, filtrando-a por diversas categorias, desenvolvendo uma lógica narrativa que procura dotar de sentido o que se conta” (Machado Pais, 2001, p.107). O que está em jogo, no uso desse método, é a recuperação de memórias narradas do ponto de vista de quem as evoca e, também, a possibilidade de tornar visível o que nem sempre é empiricamente detectável.

Inspirada nestas abordagens metodológicas, algumas questões orientadoras deste estudo foram sendo definidas, na busca de indagar o vivido e relacioná-lo com aspectos mais gerais. Assim, nos perguntamos: Como os sujeitos inseridos no PGTR vivenciaram e enfrentaram situaes de emprego/desemprego, informalidade e ocupaes precárias, anteriores  sua insero no Programa? Em que medida esse Programa está se constituindo como uma alternativa geradora de trabalho, renda e de possibilidades de inclusão social? Como os sujeitos estão vivenciando a experiência do trabalho coletivo e solidário, da renda auferida pelo trabalho realizado e as vivências que proporcionam maior desenvolvimento humano? E, como significam essas vivências na sua vida pessoal, familiar e social?

Trajatórias de vida e trabalho reveladas nas narrativas

Os trabalhadores aqui apresentados, por distintas razões, se envolveram com o Programa de Geração de Trabalho e Renda da Prefeitura Municipal; migrantes de cidades da região, escolheram Chapecó para viver, consolidar a família e, principalmente, trabalhar. O emprego, porém, nem sempre se efetivou ou foi duradouro. Contudo, suas trajetórias são marcadas pelo trabalho, pela pobreza e pelo árduo esforço de manuteno da família. Em suas narrativas, eles surgem imersos no grupo familiar, evidenciando momentos coletivos e experiências vividas de trabalho, com perdas, alegrias, tristezas, violência, luta, desânimo, conquistas e esperança. Suas trajetórias expressam a vida de muitos trabalhadores, homens e mulheres, que buscam incessantemente um futuro melhor para si e para os seus. Ao apresentar suas narrativas, memórias serão evocadas, por isso destaco a seguinte reflexão:

Pela memória, o passado não são vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepes imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas,

ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (Bosi, 2003, p. 36).

Varrer a rua como se fosse a sua casa: a trajetória de Dona M.

Dona M. é a filha mais velha de doze irmãos, seis homens e seis mulheres, nascida em 1951, no Rio Grande do Sul, na cidade de Nonoai, “*de uma família muito, muito, pobre*”. Começou a trabalhar desde muito pequena; ela e os dois irmãos mais velhos trabalhavam fora para ajudar a sustentar a família numerosa. Ela e uma irmã trabalhavam cuidando de crianças, e um irmão, como “paliteiro” de jogo de bolão. Sua narrativa evidencia as dificuldades enfrentadas:

“[Havia] meses em que nós íamos acertar a conta com a patroa e [estávamos] devendo três meses pra frente e nós [sustentávamos]... porque lá não existia serviço. O meu pai era muito trabalhador, mas não tinha serviço; então, nós [trabalhávamos] e, assim, [ajudávamos] a sustentar os irmãos. Eu fui muito sofrida, muito, desde pequena... [todos] nós afinal, não só eu”.

Aos nove anos, dona M. começou a trabalhar cuidando de crianças, depois cuidava da casa e, por fim, cozinhava para a família. Permaneceu nesse emprego por aproximadamente seis anos, quando, por volta dos catorze para os quinze anos, arrumou um namorado e fugiu com ele para outra cidade no Rio Grande do Sul, chamada Iraí. Após quinze dias dessa fuga, seu pai os encontrou. Ele estava acompanhado de policiais e papéis para o casamento. Como ela ainda não tinha quinze anos, sua idade foi aumentada em um ano para que o casamento pudesse ser realizado. Pouco tempo depois, aos quinze anos mesmo, ela torna-se mãe de sua primeira filha. Nesse instante, sua narrativa volta-se para os filhos, o que lhe provoca muita emoção. Maria teve sete filhos, quatro mulheres e três homens. Seu terceiro filho, em 1998, aos vinte e quatro anos,

faleceu repentinamente de problemas cardíacos. A perda do filho lhe gerou muita dor e emoção [ao falar desse acontecimento, M. chora, bastante emocionada]. Após um tempo, retoma nossa conversa e fala um pouco de cada filho.

Minha filha mais velha tem 35 anos... Fiz minha filha casar; fez um casamento tão lindo, tão...bonito, mas agora, em novembro [faz], dois anos que é separada. Depois, o meu segundo filho casou também... ele também é uma bênção pra mim; ele estava bem na igreja (D. M. e o marido freqüentam a Igreja Evangélica Assembléia de Deus) com [a gente], agora está meio desviado, bebe, traz algum sofrimento pra nós também... Esse aqui [aponta em direção a um jovem sentado na entrada da casa], quando fazia três meses que o outro tinha falecido, eu acho que já andava usando droga, [ele] se joga de cabeça nas drogas, [faz] seis anos que eu estou sofrendo com ele, faz quase sete anos que ele está em tratamento, mas ele ficou num estado, nem sei como eu ainda estou aqui de tanto que sofri com esse piá... agora faz um ano que não usa mais droga, de vez em quando ele [comete] uns deslize, bebe, o que ele não pode, porque ele toma remédio controlado... então é aquela luta.... Tenho outra filha, casada também, esta está bem; tem a outra que é solteira e que começou a trabalhar hoje, como servente numa sala comercial, e têm ainda a mais moça que está só estudando, [antes] era só eu que estava trabalhando; todos desempregados e só eu trabalhando, não era fácil.

Sua narrativa sobre os filhos é entrecortada por sofrimentos e dificuldades enfrentadas, marcada por altos e baixos, por momentos críticos, rupturas e injunções. Como, por exemplo: a separação da filha mais velha, o “desvio” do filho casado devido ao uso de bebidas alcoólicas, fato que provocou sua mudança com a família para o fundo do terreno dos pais; a perda do terceiro filho; a dependência química do outro; enfim, situações que exigem de M. luta constante e se afastam do que ela planejou para si e para os seus.

Atualmente, moram na casa o casal, três filhos solteiros; a família do segundo filho mora nos fundos. Até recentemente, com

exceção de M., todos estavam desempregados. O desemprego do marido, por exemplo, já dura oito anos. Entretanto, ao relembrar e contar sua trajetória, ela revive momentos vividos, como aos dezesseis anos, quando veio de Iraí, no Rio Grande do Sul, para Chapecó, em Santa Catarina, tentar a vida. Segundo ela, criou todos os filhos aqui e conta com orgulho que foi por causa dela que toda sua família migrou para Chapecó, seus pais e os irmãos ainda pequenos. Até hoje moram perto, muitos inclusive no mesmo bairro e alguns em bairros próximos. No início, seu marido trabalhava com seu pai fazendo poços, pois naquele período era o meio mais comum de acesso à água; depois se tornou funcionário público da Prefeitura municipal e exercia a função de serviços gerais. Ela, por sua vez, trabalhava em casa e cuidava da filha pequena. Conseguiu, junto ao prefeito da época, um emprego para o pai na prefeitura, uma vez que ele enfrentava sérias dificuldades com os onze filhos pequenos. Porém, após doze dias no novo emprego, seu pai sofre um grave acidente de trabalho, permanecendo internado no hospital durante muitos dias. Com o acidente, sua mãe se muda para sua casa com todos os seus irmãos, *“ela e aquela carreirinha de crianças ficaram comigo durante um mês; depois, quando foram embora, eu chorava de saudades deles...”* Após a alta do pai, este permanece um período em auxílio doença e volta a trabalhar na prefeitura, dessa vez em serviços mais leves, e, após vinte e seis anos de serviço, se aposenta.

A trajetória de M., tal como a trajetória de outras mulheres, é marcada desde muito cedo pelo trabalho doméstico, no lar ou fora dele. Durante a infância dos filhos, ela permaneceu em casa, envolvida com o trabalho doméstico; porém, para ajudar nas despesas, tiveram num certo período três a quatro pensionistas residindo em sua casa. Eram jovens trabalhadores, empregados dos frigoríficos da cidade, que alugavam quartos em casa de família. Além da moradia e alimentação, M. também lavava as roupas dos pensionistas, prática que ela relata como sendo muito difícil.

Eram cinco horas da manhã e eu estava no tanque. Naquela época eles trabalhavam nos frigoríficos e ninguém lavava as roupas nas firmas. Vinham aquelas roupas “puro sangue”, das firmas, pra gente lavar. Não tinha máquina; máquina eram as mãos no tanque. Cinco horas [da manhã] e eu estava no tanque lavando as roupas; quando chegava ali por nove horas eu estava com tudo pronto. Daí, vinha limpar a casa; iniciava o almoço; terminava a louça. Quando terminava a louça, tinha que começar o jantar, daí lavar e passar pra aquela turma e com a pequena ainda... A mais velha também me ajudava, mas era nova. Meu Deus, que sofrimento!...Nossa!... Trabalhei tanto na minha vida, pra nós poder pagar a casinha. Eu ajudava; ...depois que paramos com os pensionistas eu fui trabalhar fora, de diarista; e, finalmente, na Linger [empresa de serviços de limpeza e segurança], onde fiquei quatro anos. E daí, de lá pra cá, assim..., trabalhando, até que começamos na Cooperativa.

Quando os filhos já estavam um pouco maiores e os pensionistas não ocupavam mais sua residência, ela trabalhou como diarista em várias casas, seguido de um período de quatro anos com carteira assinada numa firma de serviços de limpeza e segurança. Porém, com o nascimento de sua última filha, ela sai do emprego para cuidar da criança, não retornando mais para o mercado formal. Com o crescimento da menina, volta a trabalhar de diarista, “*aqui e ali*”, atividade que desenvolvia até bem pouco tempo atrás.

Em julho de 2002, ficou sabendo, através da irmã e de uma vizinha, dos cursos de capacitação e qualificação profissional promovidos pela prefeitura. Como já havia sido usuária de benefícios sociais – como cesta básica –, ela e o marido resolveram frequentar os cursos. A partir disso tornou-se, bem como sua irmã, sócia fundadora da Cooperativa de Trabalho Vida e Esperança – Coopervida, passando assim a desempenhar o trabalho de varrição das ruas da cidade. Agradece a Deus a oportunidade que teve, uma vez que permaneceu bastante tempo desempregada e precisando

muito, devido ao desemprego de todos os outros integrantes da família. Espera que outras portas sejam abertas para seus familiares e relata o esforço de todos em procurar trabalho, dando o exemplo dos inúmeros currículos que seu filho tem deixado “por aí”, porém, sem sucesso.

Seu marido, após trabalhar “fichado” [com carteira assinada] na prefeitura, já desempenhou inúmeras atividades como: lavador de carros em postos de gasolina, motorista, vigilante e servente de pedreiro; algumas inclusive com carteira assinada, porém ainda faltam três ou quatro anos para ele se aposentar por tempo de serviço, e não tem conseguido. A saída seria pagar o INSS como autônomo ou conseguir um emprego com carteira assinada, a fim de completar o tempo que lhe falta; no entanto, de acordo com M., ele já vai fazer cinquenta e oito anos, o que dificulta ainda mais sua re-inserção no mercado formal de trabalho. Seu último emprego com carteira assinada foi em 1996, desde lá tem realizado pequenos biscates, como vigilante ou servente de pedreiro. Sua narrativa evidencia estratégias utilizadas “*para conseguir as coisas*”; ou seja: após alguns anos de trabalho, ele pede demissão para, com o acerto, poder comprar um meio terreno num bairro que, após mais algum tempo, transforma-se num terreno inteiro no bairro em que moram até hoje. E assim prossegue: “*acertando nas firmas para poder ir comprando as coisas, ir se virando*”.

Essa prática também foi relatada nas outras entrevistas realizadas, demonstrando ser comum, entre os trabalhadores, a alternância de períodos de formalidade, informalidade e, na medida do possível, novamente a formalidade, até o momento em que a necessidade de adquirir algum bem os impulsiona de novo a propor um “*acerto*” ao empregador.

Sobre o vínculo de M. com a Cooperativa, segundo ela, após muitas reuniões e capacitações sobre economia solidária e cooperativismo, ela e a irmã foram se envolvendo efetivamente. Conta que houve muitos momentos em que a vontade era desistir, pois iam a muitas reuniões e não falavam de trabalho e o que elas

queriam era trabalhar, até que ganharam a licitação e ficaram muito felizes, após tantos meses de empenho.

A partir desse momento, sua irmã e companheira na Cooperativa participa ativamente da conversa. Conforme E., a ansiedade era muito grande, *“nós tínhamos pressa de começar, de tão entusiasmadas que nós estávamos não é que ficamos doentes! Pegamos com muita sede e parece que nós queríamos fazer [varrer] todas as ruas, inclusive pelos outros que não trabalhavam... e nós queríamos apurar, apurar...”*, M. também fala desse momento inicial, *“nós varriamos como se [varressemos] dentro de casa”*. Eva prossegue contando que acabaram no Pronto Atendimento Médico com dores nas costas pelo esforço físico e com inflamação na garganta devido ao frio da manhã, pois iniciam às cinco horas da manhã o trabalho de varrição das ruas da cidade. M. continua dizendo que, através de reuniões e discussões, foram vendo que não era necessário tanto esforço, foram alertadas de que: *“não, não era assim, desse jeito vocês não vão vencer, vocês não vão agüentar, têm que limpar as ruas, mas não varrer como dentro de casa...”*. E. diz que, após algumas injeções, já estavam boas novamente e *“as ruas limpinhas, coisa mais linda, de entusiasmar...”* M. diz: *“Já estão bonitas as nossas ruas; no meio dos canteiros, aquilo era cheio de papel e lata e nós limpamos tudo parelho; está muito bonito; é só gente elogiando, até a polícia passa e faz assim pra nós [mostra com o polegar um sinal de positivo], que está bonito.... Mas, claro que, sempre acontece uma coisa ou outra, mas nós vamos vencer...”*.

A narrativa de M. e E. enfatiza a alegria de, após tanto tempo sem trabalho fixo, poderem comemorar o recebimento do primeiro pagamento, da primeira retirada como é chamado o vencimento nas cooperativas. E, em meio a risadas, confidenciam os planos de ir comemorar esse acontecimento num restaurante, possivelmente um almoço com as colegas de serviço.

Sobre a rotina de trabalho, diz que: *“Estamos trabalhando muito, mais que gente de vinte anos... cada qual pega o seu rumo, divididos em equipe de cinco a seis pessoas por trecho. E lá se vamo nós, varrendo as ruas, deixando tudo limpinho”*. Essa rotina começa por volta das quatro

e trinta da manhã, quando eles se levantam para ir trabalhar. A varreção inicia às cinco da manhã e termina por volta das onze horas. Se terminarem antes, devido ao tamanho do trecho ou da sujeira existente, reúnem-se no espaço onde guardam os materiais de trabalho e compartilham um chimarrão. Apesar de ter como companheiros da cooperativa a irmã e o marido, eles não realizam o trabalho juntos, cada qual está inserido em uma equipe diferente. Em dias de chuva, cumprem o horário, porém não executam o trabalho, a menos que o tempo melhore. Com chuva contínua, o trabalho não é realizado, não havendo a necessidade do cumprimento do horário. Eles trabalham diariamente, de segunda a domingo, ininterruptamente durante quinze dias; as folgas acontecem em domingos alternados, de quinze em quinze dias. *“Não é fácil, a gente acaba com os calçado, mas precisamos trabalhá... isso é o que importa”.*

A respeito do que mudou em sua vida após a entrada na cooperativa, M. cita a tranquilidade de agora poder contar com uma remuneração mensal, possibilitando-lhe, assim, realizar compras no comércio e viver com mais tranquilidade. *“Eu me sinto mais feliz, já pude comprar minhas coisinhas. Chegou o final do mês a gente tem o dinheirinho para ir no mercado... Antes era uma tristeza; graças a deus agora estou feliz mesmo. Antes da cooperativa, só eu trabalhava; meus parentes é que me ajudavam...”.* Ao falar sobre as retiradas mensais pelo trabalho na cooperativa, no valor de um salário mínimo, faz referência ao pagamento recebido, *“nós prezamos muito o nosso salarinho, pode ser pouco, mas é um salário suado e faz diferença”.* M. ainda demonstra, apesar da vivência do trabalho cooperado, a concepção do trabalho assalariado, desenvolvido para alguém em troca de remuneração mensal. Sua expectativa com a mudança na administração municipal era de que fossem contratados pela prefeitura e assim pudessem ter a carteira de trabalho assinada: *“Minha esperança era de que o prefeito contratasse a gente e assinasse nossa carteira; mas, não. Ele disse que nosso trabalho é muito importante, mas vamos continuar na cooperativa”.*

Devido à relação com a experiência do trabalho cooperativado, pergunto acerca da dinâmica da cooperativa e dos desafios que ela

reconhece em trabalhos desse tipo. M. demonstra conhecer as características do cooperativismo, ao mencionar as responsabilidades partilhadas, a necessidade do diálogo entre o grupo, a tomada de decisão coletiva; porém reconhece as dificuldades existentes no grupo e demonstra certa insegurança em vivenciar um trabalho distinto do assalariado, sem a existência da carteira assinada. Nem todos compreendem essa dinâmica, ficam desconfiados, surgem conflitos e fofocas entre os integrantes. *“Quando são prestadas as contas pela diretoria, pelo contador, nem sempre as pessoas entendem, não entendem e ficam brabos; a presidente tem dificuldade de aceitar crítica e a gente é um tanto burro... tem dificuldade de compreender essa nova regra; mas a tomada de decisão é coletiva, junto com a presidente e com o grupo todo; as coisa que achamo errado, falemo mesmo...”*.

Quanto ao significado do trabalho, para ela, está relacionado à capacidade de se sentir ativa, útil. *“Pra mim o trabalho é tudo, se não tou trabalhando fico doente, não tem no que pensar, me sinto parada, sem atividade. Trabalhando fico feliz, encontro as colega e faço alguma coisa”*.

Apesar dos desafios presentes, M. demonstra confiança no empreendimento do qual participa. *“Dizem que o único empreendimento que está dando certo, indo pra frente, é o nosso, muitos já começaram e tiveram que parar porque não deu certo...fizeram dívidas... e nós não queremos dar o passo onde a perna não alcança, comprar coisas [como calçados adequados para o trabalho] e depois não poder pagar, por isso não compramos ainda..., nós prezamos para ter nosso salarinho em dia e não ficar devendo por aí! Essa cooperativa é muito importante para nós!!!”*.

Entre sonhos e lutas pelo trabalho: a trajetória de N.

N. tem trinta e dois anos, nasceu no interior, numa localidade rural de um pequeno município nos arredores de Chapecó. É a nona filha de uma família numerosa; seus pais trabalhavam de agregados na terra de um compadre e viviam do que o trabalho na

roça produzia, bem como de um alambique que eles mesmos cuidavam.

Seu relato iniciou pela experiência que lhe marcou a primeira infância, quando, aos dois anos e meio, perdeu a mãe – esta foi vítima de complicações após o parto do décimo primeiro filho.

Minha mãe tinha um filho atrás do outro naquela época, há trinta anos atrás, aí ela foi pro hospital pra ter nénem e deixou nós em casa, tinha uma irmã com um ano e eu com dois e meio e ela foi ganhar outro, né... Ela teve onze filhos... eu era a nona; depois de mim tinha a de um ano e aquela que ela foi ganhar...ela foi pro hospital, o pai levou ela de carroça aquela época... uma barrigona e eles andaram 18 km, pois saíram do interior, da área rural. Ela chegou no hospital, ganhou uma menina e nós ficamos em casa. Só que ela teve parto normal e teve um problema sério de hemorragia, quando o pai veio pra casa ver nós, que era tudo uma escadinha, chegou em casa, quando ele entrou pra dar uma olhada em nós, já chegaram com um carro, uma Rural, avisando que minha mãe havia falecido por conta da hemorragia. A gente que era pequeno não tinha aquela noção, era um dia muito frio, frio mesmo; foi um desespero... Aí, no dia do velório, cada um pegou um pra criar, né. Porque o pai, né, imagina, com onze em casa, tudo pequenininho, daí a minha madrinha (...) pegou eu pra criar, né, com dois ano e meio. Minha vó, que era mãe da minha mãe que faleceu, pegou a outra irmã de um ano e cada um pegou um, né; os mais pequenos e os outros foram se criando. Eu morei até os sete anos com minha madrinha. Com meu pai ficaram oito, os maiores, os mais velhos. Mas era assim... nós era agarrado com o pai, era novinha, a gente ficava um pouco lá na madrinha, eu fugia e queria ficar com o pai, ir atrás dele, porque era perto, né. Minha madrinha pegou eu. Essa minha vó já trouxe, no dia depois do enterro, essa irmã pequena, de um ano. O bebê, dizem que morreu, mas não é verdade. O dono do hospital, vendo o desespero do pai, o dono do hospital pediu essa criança pro pai, e o pai deu. Era uma menininha, e o pai deu pro dono do hospital e ele disse: "Ó Seu Adão, eu quero essa criança pra mim mas nunca mais lembre que teve esse filho, não quero que me

incomode”. E o pai ia fazê o quê, né!!! E essa minha vó, mãe da minha mãe, era muito braba, pois ela disse que não queria mais nenhum, ela ía pegá a menorzinha porque já estava com um ano, né... E eu foi pra madrinha. Eu nunca esqueço! Passou um dia, eu era bem pequena, mas eu lembro, ela me levou numa loja em Xaxim e tirou as minhas conguinhas toda rasgada e comprou um sapatinho assim mais bonitinho e colocou nos meus pés e deixou a conguinha assim, debaixo de uma mesa, e ficou lá. Meu padrinho fez um berço de madeira e eu tinha medo, com aquela idade eu só queria a mãe ali, né. Ela fez aquele bercinho e pôs do lado da cama dela, eu lembro até hoje! o bercinho parecia aqueles de natal, que se usa hoje, aqueles coxinhos... E eu fiquei lá.

Até os sete anos, N. morou com a madrinha, chegou a freqüentar a primeira série, porém foi requisitada pela família para ajudar no trabalho da roça; deixou a escola e iniciou muito cedo sua vivência no trabalho.

Ele [o pai] levava todos nós pra roça, bem cedinho e lá nós começava a chorar que queria mamã, outro queria leite, outro queria comida e ele ficava o dia inteiro...íá na roça e ficava lá... Nós brigava eu e minha outra irmã, aí uma queria fincar a foicinha na outra, né. Eu tenho as marcas até hoje, ela fincou em mim e eu finquei nela... E o pai ia pra casa..., dava comida e ia de volta; acho que ele fazia mais de dez viagem assim por dia, nesse vai e vem. Nós sofremos!

O trabalho na roça consistia em cortar cana, limpar e roçar em meio às plantações, lavouras de milho, batata, enfim, culturas direcionadas para o sustento da família.

Com sete anos eu já trabalhava na roça, cortava cana, pois o pai cuidava de um alambique; aí eu trabalhava lá... Mal e mal eu tinha força pra pegar as cana e cortar... daí cortava né, naquela época não tinha nenhuma roupa assim boa pra ir..e a gente amarrava uma palha, alguma coisa, nos pés pra ir né, frio...e a gente ia daquele jeito na roça, eu trabalhei até uns nove anos na roça...daí

o pai começou a me dar assim pras famílias sabe né, porque assim eu tinha que trabalhar pra ajudar a sustentar as coisas, a casa... e todos iam pra roça, de manhã era aquela fileirinha pra roça... porque tinha que trabalhar né, não tinha outro jeito!!! Tinha que se sustentar e as vezes a gente trabalhava assim, por troco de alguma comida, alguma coisa.

Tornou-se empregada doméstica com nove anos, pois era *“deixada nas casas pelo pai pra trabalhar”*. Eram casas de conhecidos, alguns patrões de seu pai que empregavam a filha do empregado em troca de moradia e comida. Nem sempre recebia o pagamento em dinheiro, quase sempre era paga em mantimentos que mensalmente levava para a casa de seu pai. Foi um período de *“bastante sofrimento”*, conforme seu relato, pois, pela pouca idade, tinha dificuldade em realizar alguns serviços domésticos, como lavar roupas, por exemplo; faltavam-lhe forças para esfregar as peças, o que muitas vezes motivou a violência física por parte das patroas, como tapas em seu rosto e pernas.

Aos nove anos, ele [seu pai] começou a me deixar nas casas, assim, pra trabalhar. Mas eu não queria ficar, vinha de volta. Depois dos nove, eu afirmei e trabalhei anos na casa como doméstica, fazia tudo, só não conseguia bem lavar roupa; tinha dificuldade. Cheguei a apanhar na cara muitas vezes porque não sabia lavar roupa, não conseguia esfregar, não tinha força, né!! Mas trabalhava. Era sete hora da manhã, aquelas calçadas... Eu trabalhava em Xanxerê, ele me botou lá, numa casa, né. E me colocou em casa de família longe de onde nós morava porque não tinha como eu fugir pra ir lá ver o pai, porque eu não conhecia nada, nem as ruas... nada!! Ele me deixava lá, ficava uns quinze, vinte dias sem me ver e eu me obrigava a ficar, né!

Suas irmãs também saíram de casa cedo, para trabalhar como domésticas; todas em casas de famílias, muitas vezes, longe umas das outras, o que provocava o distanciamento entre as irmãs, que ficavam, anos até, sem se verem. Nesse período de trabalho

doméstico, seus afazeres incluíam todo o serviço da casa, além do cuidado das crianças da família: *“uma criança cuidando de criança”*, como disse ela. Certamente, foi um período marcado por vários tipos de violência. Outra situação enfrentada por N. era em relação à alimentação, ela não tinha direito a todas as refeições, ao café da manhã, por exemplo. Passou fome em diversas situações, porém não tinha para quem se queixar: *“Eu não tinha solução na vida, tinha que trabalhar, e se queixar pra quem? Chorar pra quem? Minha vó nunca mais vi, minhas irmãs estavam todas longe, meu pai já tinha outra mulher e teve, novamente, outros filhos, um atrás do outro; e depois, já se importava mais com aqueles também”*.

Entre um trabalho e outro, ela permanecia na casa do pai e voltava a trabalhar na roça, até aparecer outra família necessitando de uma empregada doméstica. Assim, voltou a encontrar as irmãs mais velhas que também retornavam à casa da família durante tempos sem trabalho. Porém, enfrentavam conflitos com os novos filhos do pai e com a madrasta que não as poupava de castigos e surras. *“Eu e minhas irmã sentava embaixo de uma árvore e rezava para que aparecesse uma família pra nos buscar... pra trabalhar, nós queria uma família”*.

Duas de suas irmãs bastante novas, com catorze e quinze anos e meio, fugiram com rapazes que conheceram e iniciaram outras famílias. E foi na casa de uma dessas irmãs que, alguns anos mais tarde, N. trabalhou novamente como doméstica, cuidando dos sobrinhos e da casa da irmã, enquanto ela e o marido trabalhavam nos frigoríficos da região. Nesse período, retomou o contato com vários irmãos e irmãs que, após casarem, permaneceram na cidade em que nasceram, morando e trabalhando no interior ou na cidade, trabalhando nos frigoríficos que empregavam bastante mão-de-obra local. Ela mesma cuidou de vários sobrinhos, morando com os irmãos até casar, o que fez por volta dos dezesseis anos.

Conheceu seu marido na festa de casamento de um irmão, em que foi madrinha acompanhada por um amigo do mesmo. Durante a festa, os dois pouco conversaram além de uma foto que tiraram junto com os noivos, a qual ela disse guardar até hoje. Na hora do

casamento, ela conta que a falta de estudo lhe dificultou assinar seu nome como madrinha e escreveu *“mal e mal o nome como podia e sabia”*. Após esse encontro, o rapaz começou a lhe mandar recados por um de seus cunhados, porém ela não sabia nada da vida. Após seis meses, eles voltaram a se encontrar quando ele resolveu buscá-la para passear com a intenção de *“roubá-la”*, prática comum entre os jovens da área rural, que, diante da dificuldade de casar formalmente, roubavam as noivas - com o consentimento das mesmas - de suas famílias. Após a consumação do relacionamento restava à família aceitar o enlace, iniciado geralmente com bastante dificuldade.

N. continuou trabalhando como doméstica, agora na casa que dividiam com um dos irmãos de seu marido, este trabalhava na Sadia. Foi um período difícil, pois enfrentou muitos conflitos com a cunhada. A solução foi separarem as moradias. Começaram a vida sem nenhuma mobília, poucas louças e muita dificuldade. Após três meses de casada, ficou grávida do primeiro filho, porém sofreu um aborto espontâneo pouco tempo depois. Para Noemi, essa perda se justificava pelo tanto que trabalhou, pelo esforço físico constante, além de se considerar *“uma pessoa muito nervosa, revoltada”*. Alguns meses depois, voltou a engravidar novamente e teve, aos dezessete anos, sua primeira filha. Por ocasião do nascimento da menina, seu marido estava desempregado, o que dificultou a compra de roupas para a criança e mesmo de alimentos para o casal. N. teve complicações no parto e acredita que a fé e as orações de seu marido a ajudaram a passar aquele difícil momento; ambos já freqüentavam a Igreja Evangélica, que contribuiu para seu marido deixar de fumar e *“fazer folias, com bebida e droga; o transformou num novo homem”*.

Até esse momento moraram em Xaxim, cidade natal de N.; mudaram-se para Chapecó por intermédio de sua sogra que, ao saber das dificuldades financeiras e de saúde que enfrentaram, acionou a família para buscar o casal e sua neta. *“A partir desse momento, Deus começou a abençoar nós”*. Moraram muitos anos com a sogra, no Bairro Santo Antônio; seu marido começou a trabalhar

de servente de pedreiro numa firma e ela continuou a desempenhar a função que havia aprendido ao longo de sua vida. Deixava sua filha com a sogra e saía para trabalhar nas casas, como doméstica. Puderam, então, *“comprar as coisas pra dentro de casa, uma roupinha um pouquinho melhor, ir à Igreja, lutando sempre...”*. O marido tornou-se pedreiro e continuou trabalhando na mesma firma. Quando sua filha completou dois anos e meio, engravidou novamente, ficando este período sem trabalhar. Relata que tiveram a ajuda de muitos vizinhos e dos irmãos da Igreja Evangélica.

N. continuou trabalhando como doméstica enquanto suas filhas freqüentavam a creche. À noite, lavava as fraldas das meninas para serem usadas no dia seguinte, pois não tinham outras. Através do acerto que seu marido fez com a firma em que trabalhava, puderam comprar uma máquina de lavar roupas, *“daquelas automáticas, modernas, que fazem tudo, eu nunca havia visto... Como fiquei feliz”*. Ficaram bastante tempo com essa máquina e foi, através de sua venda, que puderam comprar seu primeiro imóvel: um terreno, no Bairro Pinheirinho, onde moram até hoje. *“Eu nunca vi, compro um terreno por uma máquina de lavar, era um sonho...”*.

Depois de um longo tempo pagando aluguel, resolveram vender tudo - com exceção de algumas panelas, uma cama e um fogão velho - que tinham dentro de casa, para comprar uma casa de madeira. Porém, era muito velha e, ao ser desmanchada, pouca coisa foi aproveitada. Com a doação de amigos e parentes, os dois foram, aos poucos, construindo uma casa de alvenaria. Muitas vezes, trabalhavam até de madrugada, mas conseguiram “sair do aluguel”. Gradativamente a vida foi melhorando e N. teve, então, sua terceira filha, *“... trabalhando sempre”*. Questionada, se durante todo esse período de dificuldade, ela buscou alguma ajuda na prefeitura, sua resposta foi negativa. *“Eu pouco conhecia Chapecó, de política muito menos, cheguei a pedir um terreno, mas não consegui. Quem ajudou muito a gente foi a Igreja, eles arrecadavam alimentos e traziam aqui”*. Além da Igreja Evangélica, a família e os vizinhos em diversos momentos da sua trajetória, exerceram papéis de provedores, demonstrando solidariedade e fortalecendo laços que

acabaram por suprir deficiências e ausências por parte do poder público e das políticas sociais.

O envolvimento com o Programa de Geração de Trabalho e Renda, da Prefeitura Municipal de Chapecó, ocorreu pelo seu interesse em voltar a estudar. Na perspectiva de um dia ter um negócio próprio e assim realizar outro trabalho que não o de empregada doméstica, iniciou o curso de alfabetização de adultos. Por intermédio deste, foi informada da possibilidade de freqüentar cursos de capacitação profissional e integrar algum empreendimento coletivo de geração de renda. Assim, iniciou cursos de culinária, panificação e capacitação em economia solidária, constituindo, junto com outras mulheres, a Associação de Panificados Sonho Real. *“Um sonho que parecia virar realidade; eu adoro mexer com massa, produzir coisas, fazer pães e doces; é o que quero pra mim!”*.

Sobre o significado do trabalho e da participação no empreendimento, N. afirmou: *“Eu me sinto viva desde que comecei nessa associação; a gente aprendeu tanto! Tivemos tantos curso, conhecemos gente, foi tudo muito importante para mim”*. Em relação ao trabalho, apesar de reconhecer que já trabalhou muito na vida, e em situações muitas vezes adversas, também destaca a dificuldade de se sentir *“parada, sem nada para fazer... Eu tenho muita força de vontade, ânimo para trabalhar... Não me imagino sem um trabalho”*.

Com a qualificação adquirida na área de panificação e culinária, N. pôde incrementar os rendimentos familiares, fazendo alguns doces e bolos “para fora”, porém conhece as exigências relacionadas à vigilância sanitária, o que lhe exigiria instalações apropriadas em casa, que lhe permitissem a produção e comercialização de produtos alimentícios em maior escala. Tem receio de ser denunciada e surpreendida por essa vigilância. Dessa forma, o pouco que produz em casa é vendido a amigos, conhecidos e familiares.

Diante das dificuldades enfrentadas, que impediram o funcionamento da Associação, N. retornou ao trabalho como doméstica, prática conhecida e para a qual se sente qualificada, porém o desejo é um dia *“poder fazer outra coisa, trabalhar com massas*

e poder viver disso". O entusiasmo presente em N. também encontrei no grupo de mulheres que criou a Associação Sonho Real. Um sentimento que se expressa na luta pela efetivação do empreendimento, apesar das limitações, dificuldades e imposições que estavam enfrentando devido aos rumos que o Programa de Geração de Trabalho e Renda vinha tomando sob a nova administração municipal. Mas não se mostravam derrotadas, pelo contrário, não admitiam perder todo o investimento pessoal e familiar – considerando as horas de cursos e capacitações vivenciadas, a ausência do lar, o afastamento dos filhos e maridos – realizado até então; por isso, suas esperanças se renovavam na busca da efetivação do empreendimento.

Na varreção de ruas com a esperança de regressar à construção civil: a trajetória de A.

A. nasceu em Abelardo Luz, distante 80 quilômetros de Chapecó, cidade que faz divisa com o estado do Paraná. Hoje ele possui 43 anos, e como as outras entrevistadas, nasceu em área rural, interior deste município. Seus pais possuíam apenas dois alqueires de terra, onde plantavam alguma lavoura para o sustento da família. A. é o mais novo, e o único homem de uma família de cinco irmãs. Na infância, trabalhou na roça; a partir dos catorze anos, trabalhou *"... nas firma, numa madeireira, dava mais trabalhá em firma, do que nas lavoura né"*. Desde cedo, sua trajetória foi marcada por sucessivas migrações. Morou em várias cidades do Paraná, até que retornou para a "colônia", onde em razão de inúmeras dificuldades venderam as poucas terras que tinham. *" Vendemo, né. Dava muito pouco, porque as terra já eram, vamo dizê assim, fraca; então já precisava do adubo, do calcário, daí não era fácil a pessoa pobre fazê empréstimo no banco prá compra isso aí"*.

Entretanto, um grave conflito de terras entre vizinhos também motivou a venda da propriedade. Uma parte das terras da família foram invadidas por um vizinho e, apesar de procurarem resolver o impasse de maneira legal, esse conflito resultou num ataque com

arma de fogo à casa do pai de Aurelino, que acabou sendo ferido. O filho, na tentativa de defesa, acabou atingindo o agressor mortalmente. Após prestar socorro ao pai, A. fugiu ficando escondido em casa de parentes até passar o período de flagrante; apresentou-se à polícia acompanhado de advogado e acabou por aguardar o trâmite do processo em liberdade.

Nessa ocasião, aos vinte e cinco anos, A. já era casado; casara-se ainda morando na colônia, alternando o trabalho na roça com o trabalho na construção civil, empregado numa empresa que construía uma barragem na região. Depois de algum tempo, resolveram tentar a vida em Chapecó. Tinham, naquela época, dois filhos pequenos. A., com a experiência adquirida na construção civil, se empregou numa firma em Chapecó, até que foi chamado para se apresentar à justiça, e acabou sendo preso. Transferido para Abelardo Luz, onde tramitava o processo, permaneceu dezenove dias preso até ser absolvido e o processo ser considerado encerrado. Ao retornar a Chapecó, perdeu o emprego. A esposa relata um período de dificuldades em suas vidas, pois quase não conheciam a cidade, estavam sem emprego, pobres, com filhos pequenos.

Em Chapecó, moraram em diversos bairros, conforme a proximidade com o trabalho e o preço do aluguel. No período em que trabalhava na construção de um hospital da cidade, ficou sabendo que uma firma de construção civil requisitava trabalhadores para atuar em São Paulo. A., como tantos outros, foi "*... tentar a sorte na cidade grande*".

Aí eu fui pra São Paulo. Essa firma de São Paulo que tava construindo o Hospital Regional tava chamando gente pra levá pra São Paulo; daí eu fui lá. Me fizeram a proposta; fomos em 20. Fiquei em São Paulo trinta dias e comecei a pensa, é difícil fica numa cidade assim, não é fácil. Nós parava num barraco, ali no bairro Tatuapé... Eu fiquei 30 dias, daí eu fui depositá, fui até no banco, né. Daí eu vi que os cara foram assaltado dentro do banco, do Banco Bradesco, e eu ia mandá o dinheiro pra cá e ia fica lá. E comecei a pensá... Não, eu vou embora, né!

Porque do jeito que tá sendo, sê assaltado dentro do banco, né. Tomá o dinheiro dos cara, né... Eu vim embora.

De volta a Chapecó, continuou trabalhando na construção civil, alternando períodos de emprego, desemprego, carteira assinada e informalidade; até que se inscreveu e foi chamado para atuar na agroindústria Aurora. Nesta empresa, trabalhou como servente e depois como vigia, por um período de quase dois anos e meio. Propôs um “*acerto*” para a firma, o que lhe possibilitou construir uma pequena meia-água de madeira em um terreno, cuja *posse* havia comprado algum tempo atrás. Novamente passou um período desempregado, realizando biscates como pedreiro aqui e ali. De volta à formalidade, trabalhou como empregado do antigo Frigorífico Chapecó, no setor de lenha que alimentava a empresa; um trabalho árduo, difícil. Não permaneceu muito tempo. Durante o período de desemprego, o benefício do seguro-desemprego, possibilitava-lhe o sustento da família, que crescia; tiveram oito filhos.

A. reconhece sua profissão como pedreiro e, apesar das dificuldades, sempre foi nessa área que trabalhou, em empresas de construção, da cidade e região, algumas vezes em caráter de trabalho temporário, outras vezes sem carteira assinada. O período de maior desemprego foi algum tempo atrás, quando, durante aproximadamente quatro anos, não conseguiu se fixar em lugar algum. Foi atestado, através de exame admissional de uma empresa, que sofria de problemas na coluna, ficando impossibilitado de realizar serviços pesados que lhe exigissem erguer peso. Essa limitação quanto à saúde agravou ainda mais as dificuldades que a família enfrentava.

Nessa ocasião, idos de 2001, diante do desemprego duradouro, da carência familiar e da presença de filhos pequenos, foram motivados a procurar a Regional de Assistência Social de seu bairro. Após a inscrição e o acompanhamento à família, tornaram-se usuários do Programa de Renda Mínima, recebendo o benefício pelo período de um ano. Entre as contrapartidas, previstas por

esse programa de transferência, estava a participação em cursos de capacitação e qualificação profissional do PGTR, diante do que, ele e a esposa iniciaram as capacitações e participaram dos cursos de qualificação oferecidos. A., nesse tempo, trabalhava fazendo biscates como pedreiro e sua esposa, quando possível, fazia algumas faxinas. *“Minha mulher participava nas reunião, daí muita gente já tava recebendo [o benefício do Renda Mínima], e falou pra ela que tinha que fazê este cadastro e aguardá, né; que a assistente social vinha visitá, vê a nossa residência... Se nós precisava ou não, né; eu tava desempregado, daí ela colocô a gente na renda mínima”*

Após a inserção no Programa de Renda Mínima, foram orientados a participarem dos cursos de qualificação profissional e capacitação em economia solidária e cooperativismo do Programa de Geração de Trabalho e Renda, o que possibilitou o envolvimento de A. com a Cooperativa de Trabalho Vida e Esperança. *“Com essa renda, eles querem ver a pessoa melhorá, comprá uns móveis bão, arrumá a casa. Aqui tá faltando o forro da casa e tá faltando o piso. Eu disse que se vim mais [o benefício do Renda Mínima], se o governo ajudar, a gente vai arrumar o piso primeiro, vai fazê o piso, depois a gente faiz o forro. A gente tem que se interessá... Vamos dizê, fazê um curso, entrá num negócio assim, como esse da cooperativa, essas coisas. E daí surgiu esta cooperativa, mas antes de surgi a cooperativa eu tava no curso ...”*

Com a inserção de A. nesses programas, uma nova realidade se iniciou. Os filhos mais velhos já trabalhavam, e quando possível, ajudavam na manutenção da casa. E A. foi participante ativo na constituição da Cooperativa, sendo sócio fundador da mesma. Apesar de exercer a atividade de pedreiro há muitos anos, frequentou o curso de pedreiro, que era oferecido pelo programa, além da capacitação em economia solidária.

Eu nem dependia de fazer este curso, mas eu fui fazer... Eu disse pro cara que tava dando o curso que eu era pedreiro, mas tavam dando o curso, né, grátis pra nós. Nós fizemo o curso em dez dias. Foi bom; mas, pra muitos que não sabiam assentar um tijolo, não aprenderam. Não

aprenderam porque o curso que ele fez é pra quem já sabia um pouco, né. Quem nunca pegou no tijolo, os cara não aprenderam. Eu já sabia, faz muito tempo que trabalho de pedreiro, né; faço meio de tudo, faço pintura, assento cerâmica, o que vem, né, a gente faz. Então este ramo eu já sabia, mas eu participei do curso, ajudei o pessoal que tava dando o curso, me colocavam fazê os canto, né, ponhava o plumo, os cara colocavam, tinha uns que colocava dois tijolo, outros já faziam uma fiada... Daí quando terminamo o curso, essa do Sine e mais a assistente social pediu assim: se nós tava de acordo de colocá uma cooperativa, né. Daí, tudo tinha que tá de acordo, porque o desemprego tava na mesma coisa. Daí ela pegou assinatura de tudo nós e trouxe pro Milane que deu o curso pra nós da cooperativa ... O curso da cooperativa foi bom, todo o curso durou oito mês; eu fiquei aguentando, mas muita gente correu. Nós começamo em dezoito; fomo ali uns quatro mês, nós tava em seis, não sabiam quando ia começá, com medo de não dá certo, alguns correram... Então o pessoal foi indo, né, mesmo no frio foram. Desde o começo do curso lá, nós enfrentamo, pra mantê esta cooperativa, que tá hoje de pé.

Sobre o empreendimento do qual participa, A. diz: *“A cooperativa é uma geração de emprego, né, é uma geração de renda e trabalho, então ...Pra pessoa na minha idade, que é difícil até de entrá numa firma, por causa da saúde é bão... Pra começá, vai fazê um exame pra entrá numa firma, daí disseram que eu não podia erguê 20, 25 quilos; então, aonde que vai pará, né? Aonde que eu vou trabalhá ?!?! É difícil!! Eu, se for preciso erguê peso, eu ergo peso, né. Não sei como que o médico pode atestá um coisa dessa, que eu não posso!*

A Cooperativa de Trabalho Vida e Esperança previa o desempenho de várias atividades como: serviços de pedreiro, encanador, pintura, ajardinamento, além de limpeza e varreção de ruas; por isso, contou com o envolvimento de trabalhadores e trabalhadoras qualificados em diversas áreas. Entretanto, apesar do esforço por parte dos técnicos do Programa e da diretoria da cooperativa, haviam conseguido somente participar do processo

de licitação junto à prefeitura municipal para a realização do serviço de limpeza e varreção das ruas de Chapecó. Considerando a natureza do trabalho, mais mulheres do que homens integrantes da cooperativa se interessaram em iniciar as atividades. A., junto com outro pequeno grupo de homens, resolveu não esperar outra oportunidade e também se candidatou para o desempenho dessa atividade. Porém, essa escolha não deixa de lhe provocar um sentimento de humilhação. *“Eu tenho profissão, sou pedreiro, e assim, varrê rua... me deixa meio humilhado...mas fazê o quê, preciso trabalhá! Nós semo em quatro pedreiro que fazem esse serviço, né. Temo que abaixá a cabeça e ir em frente, né!!! Se surgiu outra coisa, vamo dizê a parte de reforma, de pedreiro, daí se dá a vaga de varreção de rua pra outro que tá na espera, que não tenha profissão, e a gente vai fazê outro serviço. Eu tenho essa esperança”*

Diante da pergunta se está satisfeito no empreendimento, A. diz que tem esperanças de melhorar, de o rendimento aumentar e poder viver com mais tranquilidade. *“O que que vai fazê, tem que fica, né, contente... Só que a gente fica meio triste, porque o salário já não é um salário, é um salário de pobre, né! Um salário de R\$ 240,00 [valor do salário mínimo na época] não fecha, porque paga água, paga luz, né? É pouco, não tem meio do cara vivê, né. A gente fica meio nervoso, mas o que que vai fazê? Tem que ficá contente com aquilo que tá ganhando na cooperativa, é o começo né!!*

Mesmo com as capacitações em cooperativismo, A., tal como Dona M., refere-se as retiradas mensais como o salário recebido, demonstrando ainda possuir como referência o trabalho assalariado, desempenhado por tantos anos e registrado em carteira de trabalho. Sobre o significado do trabalho para ele, afirma nunca ter pensado sobre isso; porém, diz: *“ O trabalho pra mim é... Sei lá! É importante, né! A pessoa tá trabalhando, pra mim, representa... Eu se ficá parado, vamo dizê, eu fico doente, preocupado, se tivê trabalhando eu fico com saúde... Sabendo que chegou o fim do mês eu tenho aqueles troquinho pra pegá, né. E se tá parado? Só comendo, nem tem o que comê, né?!*

Sobre a dinâmica da cooperativa e a experiência do trabalho cooperativado, ele destaca a importância das decisões coletivas e o

envolvimento dos cooperados. *“É tudo decidido em reunião, em assembleia. É mais que uma firma, uma firma não é assim, chega lá, tá pronto. Na cooperativa, você é patrão e é peão na mesma hora, né!!! Não tem ninguém que mande, só tem que trabalhá, tem que fazê aquelas metragem, né. Só que eu creio que, a partir do pagamento de setembro, nós vamo chegá em torno de uns R\$ 300,00, porque já pagamo umas coisa que precisamos comprá. Assim, na hora da divisão é mais pra dividi; então já ajuda.... ganha um pouco mais”.*

Suas narrativas expressam múltiplas realidades humanas e sociais e demonstram uma luta constante pela manutenção da vida, da família, da subsistência. Permeadas por dificuldades e sofrimentos, evidenciam uma capacidade de busca e renovação permanentes. O envolvimento nos empreendimentos econômicos solidários traduzem inserções diferenciadas, expectativas e sonhos que nem sempre se realizam.

O que revelam as narrativas: considerações finais

Nesse item, embora considerando que o Programa de Geração de Trabalho e Renda não se consolidou, é relevante analisar os significados que os/as trabalhadores/as atribuem a essa experiência, apresentando os efeitos nas vidas de M., N. e A., como consequência de suas participações nos empreendimentos econômicos solidários criados a partir do PGTR.

Inicialmente, retomo questões que considero comuns em suas trajetórias, como a vivência da pobreza, da exclusão, do desemprego e da informalidade. O desemprego, além de atuar como um dos elementos relacionados à condição de pobreza, contribui para o envolvimento das pessoas em atividades precárias de trabalho e remuneração – os bicos, o emprego doméstico sem carteira assinada, o trabalho por conta própria ou em domicílio – voltadas basicamente para a aquisição de alimentos e manutenção da família. Essa condição de desemprego, atua, também, como geradora de perdas, contribuindo para situações de adoecimento, baixa auto-estima,

angústia, sentimento de inutilidade, expressos nas falas que associam a ausência do trabalho a situações de doença e incapacidade. Como diz Dona M.: *“se não tou trabalhando, fico doente; não tem no que pensar, me sinto parada, sem atividade”*, ou conforme A.: *“Eu se ficá parado, vamos dizê, eu fico doente, preocupado; se tivé trabalhando eu fico com saúde... Sabendo que chegou o fim do mês eu tenho aqueles troquinho pra pegá, né; e se tá parado? Só comendo, nem tem o que comê, né?”*.

Os efeitos do desemprego, portanto, não podem ser apenas associados à ausência de renda, apesar da importância que ela representa para as famílias, pois outros sentidos e significados são associados ao trabalho. Representando desde uma possibilidade de enfrentamento à condição de pobreza e exclusão, até um meio de resgatar suas potencialidades e capacidades, conferindo às pessoas dignidade. O trabalho, entretanto, como possibilidade de garantia de sobrevivência, nem sempre é resultado de escolhas, mas ainda assim garante positividade na trajetória dos sujeitos. Nas narrativas de M., N. e A., é possível reconhecer essa importância atribuída ao trabalho, como fator de inserção digna numa sociedade marcada pela ética do trabalho, possibilitando, além das condições concretas de sobrevivência, o reconhecimento de suas capacidades.

A participação nos empreendimentos econômicos solidários permitiu a Dona M. e A. o retorno e a re-inserção no trabalho; e, a remuneração auferida, chamada ainda de salário pelos integrantes da cooperativa, representa o acesso à renda, agora regular e garantida, utilizada na manutenção da família. Conforme Dona M., *“eu me sinto mais feliz, já pude comprar minhas coisinhas, chega o final do mês a gente tem o dinheirinho para ir no mercado... Antes era uma tristeza, meus parentes é que me ajudavam...”*. Entretanto, Aurelino demonstra insatisfação com o valor do rendimento, considerando os custos de manutenção da família. *“O que que vai fazê, tem que ficá né, contente... só que a gente fica meio triste, porque o salário já não é um salário, é um salário de pobre, né!”*

Outra questão comum refere-se às possibilidades de desenvolvimento pessoal e humano que a participação em

empreendimentos de economia solidária possibilitaram. A forma e natureza da gestão desses empreendimentos, assentada em princípios e valores como a democracia, igualdade, solidariedade, coletividade, permitiu aos participantes experiências coletivas e de partilha, até então pouco vivenciadas, estimulando a construção de uma cultura solidária. Essa participação desenvolveu também novas capacidades e potencialidades, e, sobretudo, estimulou a vivência comunitária e coletiva. No caso em análise, a experiência vivida por M. e A., na Coopervida, e por N., na Associação Sonho Real, são exemplos de experiências que podem produzir ressonâncias diversas em suas vidas e contribuir para que esses sujeitos repensem as relações familiares e comunitárias em que estão inseridos. Afinal, o trabalho cooperado exigiu a participação de todos na gestão e nas decisões que influenciaram os destinos da cooperativa e no planejamento e realização coletiva das atividades, bem como na organização e luta para garantir a viabilidade da Associação de Panificadores. Conforme N., *“participar da Associação, organizá e planejá a padaria foi muito bom; trabalhá com as colega, ter que ouvir cada uma, decidir junto e daí fazê, nunca tinha vivido, faz a gente pensá, na vida em casa, inclusive no bairro que a gente vive”*.

Além disso, outro aspecto a ser ressaltado refere-se aos processos educativos e de crescimento pessoal que suas participações nos empreendimentos possibilitaram. Paralelamente aos conteúdos das capacitações em economia solidária e cooperativismo e da qualificação profissional voltada às especificidades dos empreendimentos, que são destacadas como importantes nos seus processos de aprendizagem, merece destaque o retorno aos estudos regulares, através da alfabetização de jovens e adultos permitindo a esses e essas trabalhadores/as, o acesso a informações e a ampliação de seus horizontes. Com exceção de A., N. e M. voltaram a estudar, valorizando o conhecimento e a oportunidade resgatada após anos de afastamento dos estudos, situação imposta pela necessidade do trabalho. A participação nos empreendimentos, portanto, possibilitou-lhes processos de

qualificação e formação escolar, contribuindo para enfrentarem o seletivo e competitivo mercado de trabalho, além de contribuir com sua formação pessoal e social uma vez que, após certo tempo de desemprego, esses sujeitos conseguem se inserir em processos coletivos de prestação de serviços e produção, bem como de alfabetização, estabelecendo vínculos sociais e de solidariedade, mesmo que em estágios ainda elementares.

Entre outras possibilidades que o envolvimento com os empreendimentos solidários proporciona, sobressai o fato de fazer com que sujeitos anônimos possam ocupar espaços públicos da cidade, através das atividades desempenhadas, produzindo neles sentimentos de reconhecimento, de pertencimento, de valorização. Nesse sentido, retomo a narrativa de M., ao ressaltar a valorização do trabalho de varrição das ruas da cidade, expressa no reconhecimento dos comerciantes, dos policiais e de pedestres. O apoio e a importância, demonstrados ao trabalho de varrição das ruas da cidade, davam-lhes confiança diante da necessidade de renovação do contrato junto à Prefeitura Municipal, conforme se explicita no relato: *“Estamos certa que vai dar. Nós temos muita confiança na sociedade, eles [comerciantes e pedestres] gostam muito de nós, eles gostam do nosso trabalho, não se vê um falar mal de nós; de nosso trabalho, só dizem que a cidade mudou, que a cidade está bonita, que gostam muito de nós. Estamos confiantes que vão renovar o nosso contrato”*.

Outro elemento comum entre as/os trabalhadoras/as, inseridas nos empreendimentos econômicos solidários diz respeito aos processos de apropriação dos princípios do cooperativismo e da economia solidária, fundados numa outra lógica de trabalho, orientada pela democracia, solidariedade, cooperação. Essa apropriação, que a vivência nos empreendimentos possibilita, enfrenta uma série de obstáculos e dificuldades, exigindo por parte das/dos trabalhadoras/as, posições e compreensões diferenciadas daquelas que tinham, usualmente, nas situações de trabalho. Outra dificuldade das/dos trabalhadoras/as, talvez a mais básica, é a de

não conseguirem se ver, sentirem-se como “empreendedores”, donos e responsáveis pelo empreendimento; perceberem que não mais sendo meramente empregados, devem desapegar-se do salário enquanto tal, pois teriam direito a uma remuneração por sua atividade na forma de retirada, “já que o negócio é seu”; além de que, na condição de responsáveis pelo empreendimento, eles possuiriam o direito, igualmente, de participar dos resultados positivos, dos lucros ou sobras, por isso deveriam ter o maior interesse em que o processo produtivo no qual estavam inseridos funcionasse da melhor maneira possível.

Essas dificuldades se evidenciaram nos relatos de M. e A., expressas tanto na referência ao salário recebido, quanto nas dificuldades de gestão que a Cooperativa possui. Conforme Dona Maria: “*nós prezamos muito o nosso salarinho, pode ser pouco, mas é um salário suado e faz diferença*”, A. por sua vez destaca: “*Um salário de R\$ 240,00 [valor do salário mínimo na época] não fecha, porque paga água, paga luz, né? É pouco, não tem meio do cara viver, né. A gente fica meio nervoso, mas o que que vai fazer; tem que ficar contente com aquilo que tá ganhando na cooperativa, é o começo, né!!* Sobre a dinâmica da Cooperativa, Dona M. afirma que: “*Quando são prestadas as contas pela diretoria, pelo contador, nem sempre as pessoas entendem; não entendem e ficam brabas; a presidente tem dificuldade de aceitar crítica e a gente é um tanto burro..., tem dificuldade de compreender essas nova regra; mas a tomada de decisão é coletiva, junto com a presidente e com o grupo todo; as coisa que achamo errado falemo mesmo...”*.

Após ressaltar esses elementos comuns das vivências e dos significados que a participação nos empreendimentos de economia solidária possibilitaram, centro-me nos significados diferenciados de ordem pessoal, individual de cada trabalhador/a, tendo em vista que resultam de trajetórias singulares, de sujeitos que estão em distintos tempos de vida, embora possuam algumas experiências comuns relacionadas a sua própria condição de vida.

No caso de Dona M., ressalto inicialmente o valor atribuído ao trabalho de varreção e limpeza das ruas da cidade. M. expressa

um sentimento de orgulho por realizar uma atividade que contribui com a cidade e, por isso, sente-se reconhecida e valorizada por acrescentar algo em sua auto-estima e um sentimento de importância do trabalho realizado. Essa experiência possibilitou também uma vivência diferenciada do centro da cidade, para alguém que anteriormente pouco circulava nesse espaço, revelando que sua participação na Cooperativa possibilitou uma sensação de pertencimento, de inclusão, tanto de grupo quanto de coletividade.

Sobre as capacitações realizadas, M. demonstrou certa insatisfação, *“foram cursos demais, longos e, às vezes, cansativos, nós queria era trabalhar e precisamos esperar bastante”*. Outro aspecto a ser destacado diz respeito à expectativa presente em M.: tornar-se funcionária da Prefeitura, com carteira assinada. Conforme seu relato, *“Minha esperança era de que o prefeito contratasse a gente e assinasse nossa carteira, mas, não, ele disse que nosso trabalho é muito importante mas vamos continuar na cooperativa”*. Seu relato evidencia o desejo pelo trabalho formal, com carteira assinada, manifestando uma busca por segurança e estabilidade nem sempre alcançadas nos empreendimentos de economia solidária.

Em se tratando de N., seu relato evidencia a valorização da participação em processos educativos, oportunistizados tanto pela inserção na educação de jovens e adultos, quanto pelos cursos de capacitação e qualificação profissional aos quais freqüentou. Com orgulho fez questão de mostrar-me todos os certificados que recebeu dos cursos de panificação e culinária, bem como das capacitações em economia solidária e cooperativismo. Esse sentimento de estar qualificada reforça em N. o desejo de tornar-se “dona de seu próprio negócio”, realizar outra atividade que não o trabalho doméstico, repetitivo e sem valorização. No seu caso, a exemplo de Dona M., trabalho desempenhado desde a infância. Ou seja, a participação no processo de constituição do empreendimento significou um aumento de esperança no desempenho de uma atividade mais prazerosa, mais criativa, contribuindo para sua realização pessoal.

Contudo, um sentimento de frustração é evidenciado em seu relato, diante da necessidade de retorno e permanência na atividade doméstica, devido à não consolidação e funcionamento da Associação de Panificadores. Permanece, porém, a esperança de retomar o empreendimento e vê-lo funcionar, produzir e comercializar.

No caso de A., sua inserção no PGTR ocorreu devido a sua condição de beneficiário do Programa de Renda Mínima, o que demonstrou não ser resultado de escolha pessoal, mas de cumprimento de contrapartida prevista pelo Programa. Contudo, ressalta a intenção existente por meio do benefício de possibilitar aos participantes uma melhoria na condição de vida, quando afirma que: *"Com essa renda eles querem ver a pessoa melhorá, comprá uns móveis bõ, arrumá a casa"*. Sua inserção na cooperativa somou esforços nessa direção, pois, de acordo com ele: *"A gente tem que se interessá... Vamos dizê, fazê um curso, entrá num negócio assim, como esse da cooperativa, essas coisas. E daí surgiu esta cooperativa..."*.

A participação na Cooperativa representou para A. uma possibilidade, uma alternativa de trabalho. Para alguém que, como ele, além de problemas de saúde, possui certa idade e acumula um período aproximadamente longo de desemprego, foi uma oportunidade de inserção. Sobre as limitações relacionadas a sua saúde, Aurelino demonstra como reage diante da imperativa questão da sobrevivência, *"se for preciso erguê peso, eu ergo peso né, não sei como que o médico pode atestá um coisa dessa, que eu não posso"*. A contingência do desemprego o leva a não compreender a impossibilidade e, muito menos, o diagnóstico que acusa a sua falta de condições físicas. Esse tipo de limitação perde o sentido diante da realidade imediata das pessoas, como A., que só dispõem de sua força de trabalho para sobreviver. A cooperativa, assim, representa *"uma geração de emprego, né, é uma geração de renda e trabalho; então..., pra pessoa na minha idade, que é difícil até de entrá numa firma, por causa da saúde, é bõ"*. Aurelino, porém, demonstrou algumas frustrações relacionadas ao tipo de trabalho desempenhado e a remuneração auferida.

Em relação às capacitações e qualificação profissional, mencionou que participou de muitas; foram longas. Destacou a participação num curso de pedreiro, oferecido pelo Programa. A. reconhece sua profissão vinculada à construção civil, se reconhece como pedreiro e isso marca sua identidade e dignidade enquanto trabalhador. Nesse curso de qualificação, sua experiência e prática anteriores possibilitaram-lhe ensinar os colegas, compartilhar conhecimentos e sentir-se valorizado. Mas, não esconde a frustração e o sentimento de humilhação de, na Cooperativa, realizar o serviço de varrição, ao invés de atividades relacionadas ao ofício de pedreiro. *“Eu tenho profissão, sou pedreiro, e assim varrê rua... me deixa meio humilhado...mas fazê o quê, preciso trabalhá. (...) Se surgiu outra coisa, vamo dizê a parte de reforma, de pedreiro, daí se dá a vaga de varrição de rua pra outro que tá na espera, que não tenha profissão, e a gente vai fazer outro serviço. Eu tenho essa esperança”*

O sentimento de humilhação de A. expressa um sofrimento moral, já que necessita submeter-se a um trabalho que, para ele, não o dignifica; porém, diante da circunstância de desemprego, realiza essa atividade no aguardo de voltar à construção civil. Outro elemento implícito nesse sentimento refere-se à questão de gênero, pois estão presentes aqui valores masculinos e femininos associados às atividades desempenhadas por homens e mulheres, ou seja, varrer a casa, ou nesse caso a rua, é um trabalho associado ao feminino, enquanto a construção civil associa-se a tarefas masculinas, que remetem à força, ao trabalho pesado, embora a limpeza das ruas represente um esforço físico bastante considerável.

A. demonstra referenciar-se na ética do trabalho, tão presente em nossa sociedade. Ao não ter trabalho, de acordo com Yazbek (1999), recobre sua identidade de trabalhador pela de “assistido”, de beneficiário da Renda Mínima, além de reconhecer-se sobrando no conjunto dos trabalhadores e humilhado por desempenhar uma função não relacionada à sua de profissão.

Em relação ao trabalho cooperativado, A. demonstra certa ambivalência de compreensão e sentimentos: ao mesmo tempo em que

valoriza a experiência por lhe possibilitar sentir-se “*patrão e peão*” e experienciar maior autonomia em relação à atividade desenvolvida, [pois “*na cooperativa não tem ninguém que mande, só tem que trabalhá*”], manifesta o sentimento de frustração diante da baixa remuneração. Além do que, sua referência ainda parece ser a do trabalho assalariado, confirmando a constatação de que o processo de apropriação dos princípios do cooperativismo são lentos e necessitam de uma série de outras mudanças, de ordem pessoal, comunitária e social.

Portanto, as vivências possibilitadas pela participação na consolidação e implementação dos empreendimentos – neste caso, a Associação de Panificados Sonho Real e a Cooperativa de Trabalho Vida e Esperança – representaram uma alternativa de trabalho e de geração de renda, bem como proporcionaram aos/às trabalhadores/as vivenciarem processos iniciais de inclusão social, por meio do acesso a conhecimentos e conteúdos novos, além da vivência de valores e práticas solidárias, de partilha, respeito e coletividade.

Nessa perspectiva, situado nos campos da assistência social e da economia solidária, o PGTR proposto como política pública, revelou ser uma possibilidade promissora de geração de trabalho e renda, na medida em que contribuiu para a reinserção laboral dos/as trabalhadores/as e assegurou condições de reprodução social e material das suas famílias. Da mesma forma, essa experiência representou esforços na construção de possibilidades de inclusão social, embora com limites e desafios em sua efetividade.

Notas

¹Este artigo é parte da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Puc/SP, intitulada “Geração de Trabalho, Renda e Inclusão Social: Vivências de trabalhadores/as em empreendimentos econômicos solidários em Chapecó/SC”.

²Professora do Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais e Jurídicas – CCSJ da UNOCHAPECÓ. Mestre em Sociologia Política pela UFSC e Doutora em Serviço Social pela PUC/SP.

³Esses dados referem-se à Pesquisa Mensal de Emprego realizada em seis regiões metropolitanas do país – Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – e são tomadas como referência na reflexão da dinâmica do emprego e do desemprego no Brasil.

²São identificados, nesse grupo, pesquisadores, universitários, professores, técnicos, estudantes, autodidatas, religiosos, sindicalistas, entre outros, que ao lado de grupos atomizados de pobres e desempregados, têm construído mecanismos de incubação de experiências de ocupação e renda (Pochmann, 2004c, p. 29).

³O município de Chapecó foi governado durante duas gestões pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A primeira administração ocorreu entre 1997-2000 e a segunda entre 2001-2004. Ao longo da segunda gestão petista na cidade o Programa de Geração de Trabalho e Renda foi implementado e manteve suas ações até 2004, sendo extinto em 2005 quando nova administração, agora do PFL, assume a condução da Prefeitura Municipal.

⁴ CABANES, Robert. *Annexe 1: L'enjeu de l'approche biographique. In: Travail, famille, mondialisation: récits de la vie ouvrière. São Paulo, Brésil; Paris: IRD – Karthala, 2002.*

Referências

BERTAUX, Daniel. *L'Approche biographique: sa validité methodologique, ses potentialités. Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, Presses Universitaires de France, v. LXIX, 1980.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CABANES, Robert. **Travail, famille, mondialisation: récits de la vie ouvrière, São paulo, Brésil**. Paris: IRD Éditions, Karthala, 2002.

CALEIRAS, Jorge. Globalização, trabalho e desemprego. Trajectórias de exclusão e estratégias de enfrentamento. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra/Portugal, setembro de 2004, mimeo.

MACHADO PAIS, José. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Porto: Ambar, 2003.

_____. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 20001.

MOSER, Liliane. **Geração de Trabalho, Renda e Inclusão Social: Vivências de trabalhadores/as em empreendimentos econômicos solidários em Chapecó –SC**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC/SP, 2006.

POCHMANN, Marcio. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Mercado de Trabalho**, Brasília, IPEA, n. 24, p.23-34, ago. 2004a.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**.

Abstract

This article presents the trajectories of life and work of three workers inserted in economic solidarity enterprise created from public programs for generation of work and income in the city of Chapecó/SC. Starting from these workers' narratives, we attempt to analyze the meanings of the participation in this enterprise, considering the possibilities of labor reinsertion, work generation and social inclusion.

Keywords: work; work and income generation; social inclusion; solidarity economy.